

Excertos do texto

Capítulo I. De espanhol para galego:

O livro considerado manifesta uma conversão do autor a um verdadeiro galeguismo militante (depois ver-se-á qual), porquanto anteriormente tinha publicado em castelhano, exteriorizando sempre a mesma ideia fixa, que o «atraso económico» era — e, ao que parece, segue a ser— o problema número um da Galiza, a resolver por meio de um programa de acelerado desenvolvimento económico, em que a industrialização desempenhava a função principal.

Capítulo II. O quadro político e económico:

Efetivamente, de todos os povos submetidos pelo Estado espanhol, o galego, porquanto rural e agrário, caracterizou-se por afirmar com mais determinação a sua essência particular, estilo de vida, idiossincrasia, língua, cosmovisão e escala de valores, até se converter num grave problema para Madrid que, em vista dos limitados resultados conseguidos pelas políticas modernizadoras, teve que acudir a medidas extraordinárias, de tipo político, ideológico, académico e linguístico, para contribuir a dominar a resistência.

Capítulo III. A ruralidade galega:

O criativo mundo rural galego, com a instituição do concelho aberto, ou assembleia aldeã, ao mesmo tempo deliberante, decisória, legislativa, executiva, judicial e reitora da vida económica local, oferece um modelo de autogoverno para o futuro, desde que tal formulação leve a inspirar-se nele e não, como é lógico, a pretender decalcá-lo, pois hoje, no século XXI, o imprescindível é refletir criativamente, tomando o positivo do passado, mas sem o copiar de forma mimética, visto que a cada momento da história corresponde a sua própria particularidade, que é única e irrepetível.

(...)

A verdade é que o mundo tradicional rural galego, onde até meados do século XIX vivia 90% da população da Galiza, tinha como características próprias uma riquíssima rede de relacionamentos de apoio, afeto e serviço mútuos extraordinariamente intensas, sinceras, complexas, eficientes e exuberantes, que faziam dele uma das sociedades conviviais mais admiráveis de que se tem memória. Isso explica o muito que custou ao Estado (espanhol) liquidar dita formação social, que foi capaz de resistir, com mais sucesso que nenhuma outra da península Ibérica, à pressão para o individualismo, a veneração pelo Estado, o culto pelo dinheiro, a genuflexão perante o empresariado e a devoção pela tecnologia, em soma, o desajeitado afã por uma vida sem liberdade, servil, amoral, sórdida, ambientalmente destrutiva, virada na satisfação dos apetites do ventre, mais própria de porcos que de seres humanos. É a que provém do par Estado-capital e a que os escritos dos autores desenvolvimentistas encomiam, mais ainda, impõem ao povo através do seu monopólio da emissão de ideias, atropelando a liberdade de expressão e, sobretudo, a liberdade mais determinante de todas, a de consciência, a cada dia espezinhada pelas elites mandantes. Uma revolução que estabeleça uma sociedade razoavelmente livre tem de pôr fim a tais excessos.

Capítulo IV. Os efeitos da liquidação do «atraso»:

O que ninguém pode negar é que no campo de antano, sobretudo no galego, trabalhava-se cantando, como o prova o enorme número de composições musicais de labor que têm chegado até nós: danças do palheiro, peças musicais para a colocação do espantalho, canções de canteiros, improvisações na recolhida do tojo, coplas de maçar o linho, cantares de vindima, malha do centeio, arada, forja e moenda, cantos de arrieiros, da seitura, da matança, e infinidade mais que faziam do ato de trabalhar uma tarefa humana, sociável, elevada, não especializada, festiva e cheia de dignidade. Hoje trabalha-se chorando, o que vai implícito na categoria de trabalho assalariado, situação que não terá remédio até que se elimine o capitalismo e se constitua uma sociedade libertada da inumanidade do assalariado.

Capítulo V. Galiza e a questão nacional:

Nesse quadro é onde devemos situar, com espírito algo cético e descrido, uma boa parte do movimento galeguista e nacionalista de antano, tanto como o de hoje, que não era, nem é, tão puro nem genuíno como alguns desejam fazer crer. Em primeiro lugar, há que deixar sentado um facto incontrovertível: se o galego chegou até hoje como língua viva não é devido a tais ou quais intelectuais urbanos, nem a este ou outro partido político, mas à ação de preservação da sua essência e, portanto, da sua língua, que realizam, numas condições bem dramáticas, as classes populares, sobretudo, as rurais.

(...)

Este sistema de governo por assembleias não resulta de uma ou outra ideologia, mas provém do fundo mesmo da história da Galiza, e por isso mesmo tem de ser aceite por todas e todos, adaptando-o, como é lógico, às realidades do nosso tempo, do século XXI. Portanto, pode e deve ser propugnado por uma pluralidade de ideologias e correntes de pensamento, todas as quais deveriam coincidir nalguns pontos mínimos, para realizar a libertação política, económica, social e nacional da Galiza. Precisamente, a denominada «democracia representativa», essa ridícula expressão que nega o que afirma, pois se há representação não existe democracia, é a forma concreta que agora adota, no político, a dominação espanhola.

(...)

Portanto, não há cabal solução à questão nacional agora, no século XXI, no terrível e muito difícil tempo da mundialização, desde posições estatistas. Precisamos uma revolução de enormes proporções, a realizar em grandes áreas, a escala continental diria, para lidar com as grandes forças atuais da reação, operantes a escala planetária. Efetivamente, sem revolução antiestatal e anticapitalista não há hoje nenhuma esperança para as nações oprimidas, porque todo o Estado cria capitalismo, e hoje todo o capitalismo é mundializado, além de que qualquer ente estatal termina entregando-se aos poderes planetários constituídos, para sobreviver, por temor do próprio povo.

Capítulo VI. Conclusão provisória:

Torna-se necessária uma reformulação da linha a seguir, depois de meio século de ter «O atraso económico de Galiza» como bíblia de um nacionalismo autonomista, apesar

de ser parte integrante dos Planos de Desenvolvimento franquistas, para abirmo-nos à realidade do século XXI e, ao mesmo tempo, para fecharmo-nos argumentadamente à sua apologia do capitalismo mundializador, do desenvolvimento económico, da ditadura política parlamentarista, da destruição ambiental, da aniquilação do galego, da tergiversação académica da história da Galiza, de sacrificá-lo tudo à produção, da falta de amor pela terra e o povo, de cosmopolitismo nihilista, camuflado ou não de galeguismo, de estar de joelhos ante a «ciência económica», da cega devoção pelo ente estatal.